



RENDIMENTO DISPONÍVEL DAS FAMÍLIAS AUMENTOU 4,0% EM 2021 EM TERMOS NOMINAIS

O saldo externo da economia portuguesa no 4º trimestre de 2021 manteve-se em 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) tal como no trimestre anterior¹ (em 2020, a economia tinha registado uma necessidade de financiamento de 0,2%). Relativamente a 2020, o RNB, o RDB e o PIB nominal registaram aumentos de, respetivamente, 6,0%, 6,7% e 5,6% (variações de -5,7% do RNB, -5,5% do RDB e -6,7% do PIB nominal em 2020 comparativamente com 2019).

O RDB das Famílias aumentou 1,4% face ao trimestre anterior e 4,0% relativamente a 2020. Para este resultado contribuiu essencialmente o crescimento das remunerações em 1,5% face ao trimestre anterior e de 5,6% em termos anuais. A capacidade de financiamento das Famílias diminuiu 0,6 pontos percentuais (p.p.), para 4,4% do PIB, e a taxa de poupança decresceu para 10,9% (11,7% no trimestre anterior e 12,6% no final de 2020).

O saldo das Sociedades Não Financeiras fixou-se em -2,4% do PIB, menos 0,4 p.p. que no trimestre anterior. Comparativamente com um ano antes o saldo foi menos negativo (-3,0% em 2020), como resultado do aumento do Valor Acrescentado Bruto (VAB) e uma redução dos rendimentos de propriedades pagas (taxas de variação anuais de 6,6% e -3,1%, respetivamente).

A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras diminuiu para 1,5% do PIB no 4º trimestre de 2021 (1,7% no trimestre anterior e 2,5% em 2020).

A necessidade de financiamento das Administrações Públicas (AP) diminuiu 1,2 p.p. no 4º trimestre de 2021, fixando-se em 2,8% do PIB (5,8% em 2020). Tomando como referência os valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP no 4º trimestre de 2021 fixou-se em -1 806,0 milhões de euros, correspondendo a -3,2% do PIB (-8,0% no período homólogo).

Saldo externo da economia fixou-se em 0,7% do PIB

Os resultados apresentados correspondem às estimativas preliminares para o 4º trimestre de 2021.

A capacidade de financiamento da economia situou-se em 0,7% do PIB, valor idêntico ao registado no trimestre anterior, mas superior em 0,9 p.p. ao do 4º trimestre de 2020. O PIB nominal aumentou 1,6% no 4º trimestre de 2021 face ao trimestre anterior e 5,6% comparativamente com o mesmo trimestre do ano anterior. O Rendimento Nacional Bruto (RNB) e o Rendimento Disponível Bruto (RDB) aumentaram ambos 2,0% (6,0% e 6,7%, respetivamente, comparando com o 4º trimestre de 2020).

¹ Salvo indicação em contrário, visando eliminar as flutuações de natureza sazonal e atenuar a irregularidade de forma a captar o comportamento tendencial das séries em consideração, a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam referem-se ao **ano acabado no trimestre de referência** (para informação adicional, ver Nota Metodológica no final do destaque).



O aumento do RDB no 4º trimestre de 2021, conjugado com menor aumento de 1,8% da despesa de consumo final (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP), determinou o crescimento de 3,3% da poupança bruta da economia (2,0% no trimestre anterior) para 18,6% do PIB no 4º trimestre de 2021 (mais 0,3 p.p. que o nível registado no trimestre anterior e mais 1,1 p.p. que no 4º trimestre de 2020).

Os aumentos da poupança e da receita de capital foram compensados pelo crescimento da Formação Bruta de Capital (FBC) no 4º trimestre de 2021, determinando a estabilização do saldo da economia portuguesa em 0,7% do PIB. A FBC aumentou 4,0% comparativamente com o trimestre anterior e 10,8% face a 2020.

Figura 1. PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

Ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
1ºT 2019	207 651	1,2	201 909	0,9	206 430	0,8
2ºT 2019	210 016	1,1	204 985	1,5	209 614	1,5
3ºT 2019	212 118	1,0	206 870	0,9	211 524	0,9
4ºT 2019	214 375	1,1	208 806	0,9	213 689	1,0
1ºT 2020	213 981	-0,2	208 634	-0,1	213 843	0,1
2ºT 2020	205 857	-3,8	201 733	-3,3	206 750	-3,3
3ºT 2020	202 890	-1,4	199 389	-1,2	204 408	-1,1
4ºT 2020	200 088	-1,4	196 944	-1,2	201 829	-1,3
1ºT 2021	198 115	-1,0	195 040	-1,0	200 240	-0,8
2ºT 2021	205 100	3,5	201 978	3,6	208 015	3,9
3ºT 2021	207 945	1,4	204 699	1,3	211 023	1,4
4ºT 2021	211 278	1,6	208 839	2,0	215 345	2,0



Figura 2. Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por setor institucional (em % do PIB, ano acabado no trimestre)

Ano acabado no trimestre	Sociedades Não Financeiras	Sociedades Financeiras	Administrações Públicas	Famílias e ISFLSF	Total da economia
1ºT 2019	-2,9	2,2	-0,1	1,5	0,7
2ºT 2019	-3,4	2,5	0,1	1,8	0,9
3ºT 2019	-3,3	2,4	-0,2	1,8	0,7
4ºT 2019	-3,3	2,4	0,1	1,8	1,0
1ºT 2020	-3,4	2,3	-0,1	2,3	1,1
2ºT 2020	-4,2	2,3	-1,9	4,9	1,1
3ºT 2020	-3,2	2,3	-4,2	5,2	0,2
4ºT 2020	-3,0	2,5	-5,8	6,2	-0,2
1ºT 2021	-2,7	2,4	-7,1	7,5	0,2
2ºT 2021	-1,0	1,8	-5,9	5,4	0,3
3ºT 2021	-2,0	1,7	-4,0	5,0	0,7
4ºT 2021	-2,4	1,5	-2,8	4,4	0,7

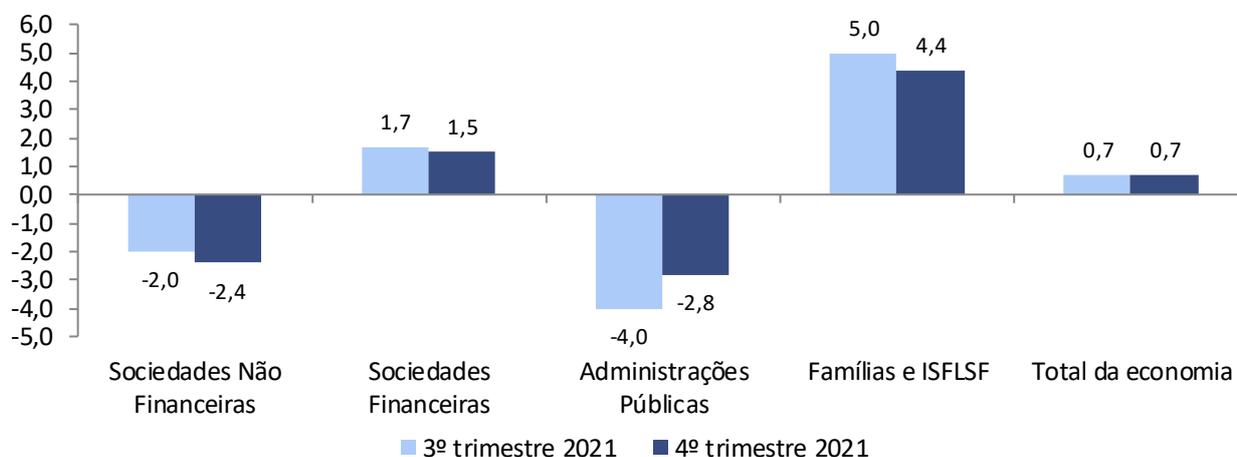
A necessidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras (SNF) atingiu 2,4% do PIB no 4º trimestre de 2021, mais 0,4 p.p. que no trimestre anterior. A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras diminuiu ligeiramente, para 1,5% do PIB.

O saldo do setor das AP fixou-se em -2,8% do PIB no final de 2021, aumentando 1,2 p.p. face ao trimestre anterior (no final de 2020 tinha sido -5,8%). A redução do défice foi o resultado conjugado de um aumento da receita (2,3%) e uma diminuição da despesa (-0,2%).

A capacidade de financiamento das Famílias diminuiu progressivamente ao longo de 2021, fixando-se em 4,4% do PIB no final do ano, menos 0,6 p.p. que no trimestre anterior, refletindo a diminuição da poupança bruta.



Figura 3. Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por setor institucional (em % do PIB, ano acabado no trimestre)



Famílias: rendimento disponível das famílias aumentou 4,0% em 2021

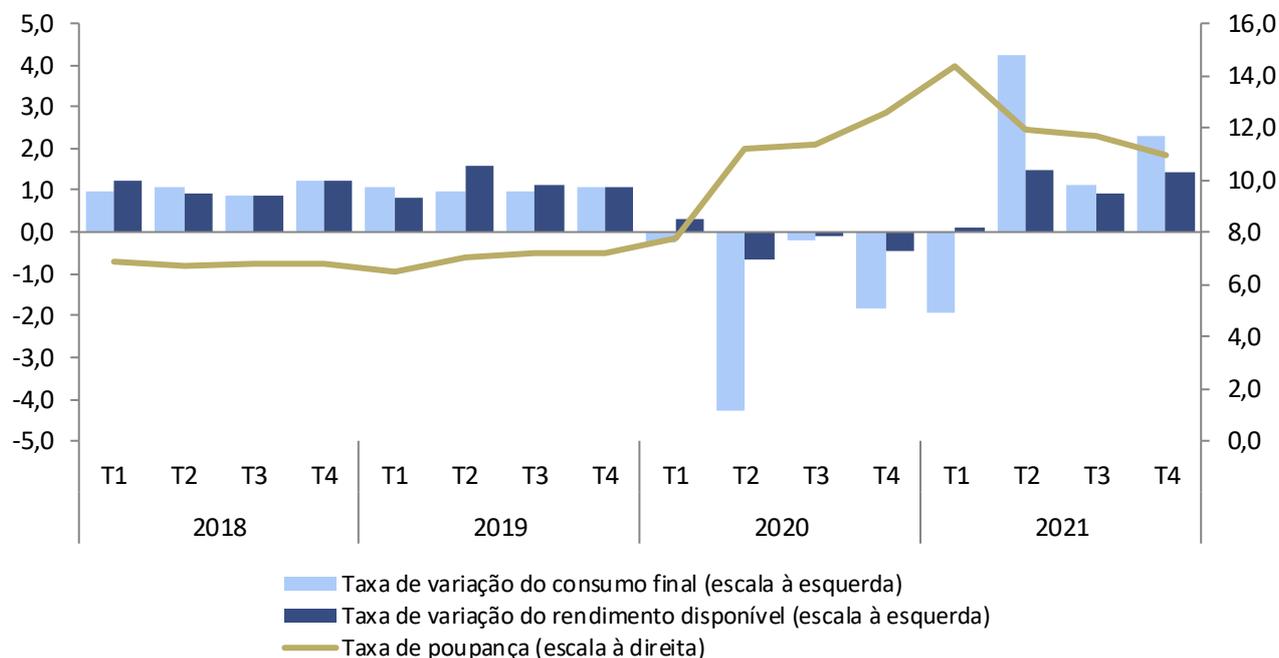
A capacidade de financiamento das Famílias situou-se em 4,4% do PIB no 4º trimestre de 2021, o que representa uma diminuição de 0,6 p.p. face ao trimestre anterior e de 1,8 p.p. comparativamente com o final de 2020.

A taxa de poupança das Famílias (figura 4) atingiu 10,9% do RDB, o que correspondeu a uma redução de 0,8 p.p. relativamente ao resultado do trimestre anterior. Este desempenho foi consequência do aumento em 2,3% do consumo privado (variação de 1,1% no trimestre anterior), superior ao crescimento do rendimento disponível (1,4%).

Comparativamente com 2020, o RDB aumentou 4,0% em 2021. Ainda assim, este crescimento do RDB não foi suficiente para compensar o aumento da Despesa de consumo final, que se fixou em 5,8% (após a forte redução de 6,4% em 2020 no contexto da pandemia COVID-19), o que determinou a redução da taxa de poupança para 10,9% (12,6% em 2020).



Figura 4. Taxa de poupança das Famílias (%; ano acabado no trimestre)



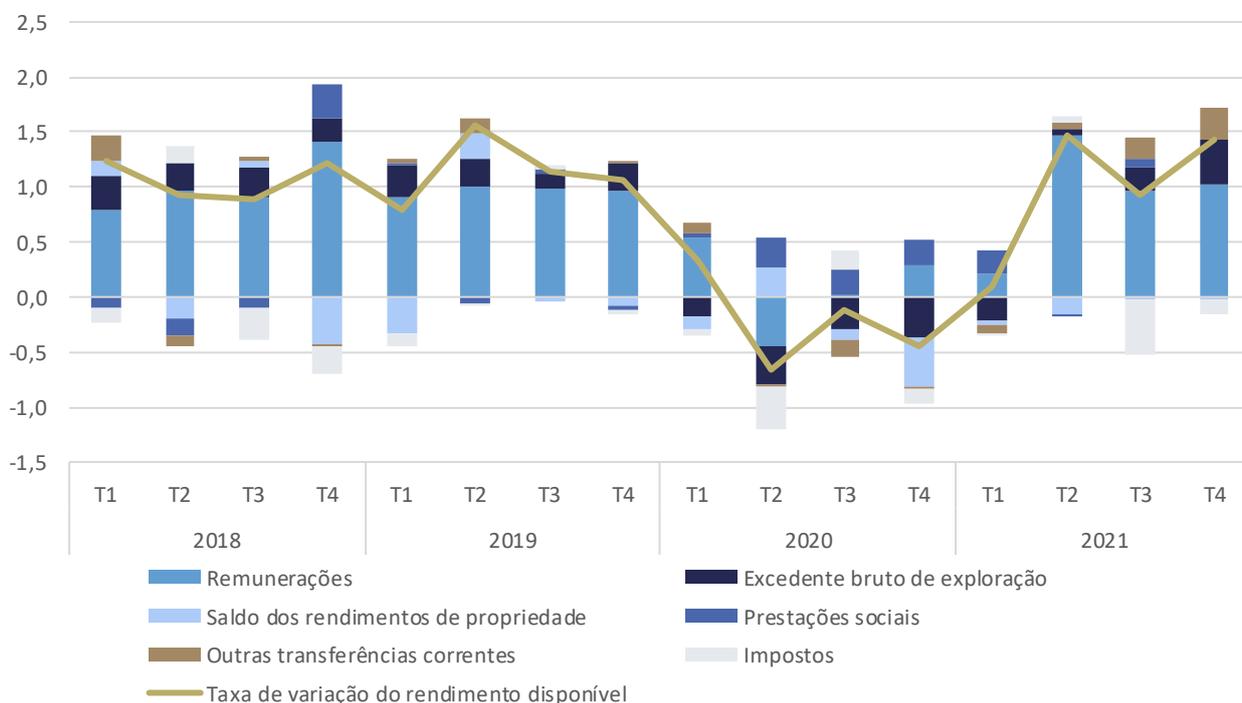
A figura 5 apresenta a decomposição da taxa de variação (1,4%) do RDB das Famílias no ano acabado no 4º trimestre de 2021. As remunerações e o excedente bruto de exploração contribuíram em 1,0 e 0,4 p.p., respetivamente, para essa taxa de variação (0,3 e -0,4 p.p. em 2020, pela mesma ordem), sendo ainda de destacar o contributo das outras transferências correntes que incluem apoios pagos pelas AP no contexto da pandemia COVID-19².

O investimento das Famílias, que corresponde essencialmente a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em habitação, registou uma taxa de variação de 3,5% no 4º trimestre de 2021 face ao trimestre anterior. Comparando com 2020, o aumento do investimento das Famílias foi 13,6% em 2021.

² Note-se que, em Contas Nacionais, as moratórias relativas ao pagamento de juros de empréstimos concedidas pelo setor das sociedades financeiras não tiveram impacto no saldo de rendimentos de propriedade, uma vez que o SEC 2010 determina o registo destes fluxos no momento devido, mesmo que não tenham sido efetivamente pagos.



Figura 5. Contributos para a variação percentual do rendimento disponível das Famílias (p.p., ano acabado no trimestre)



O RDB das Famílias ajustado *per capita* fixou-se em 17,0 mil euros no 4º trimestre de 2021, o que representou um aumento de 1,3% face ao trimestre anterior, inferior em 0,3 p.p. à taxa de variação do PIB nominal *per capita*. Note-se que o RDB ajustado difere do RDB por incluir o valor dos bens e serviços adquiridos ou produzidos pelas AP ou ISFLSF e que se destinam ao consumo das Famílias, como sejam, por exemplo, participações na aquisição de medicamentos pelas famílias.

Sociedades Não Financeiras: necessidade de financiamento situou-se em 2,4% do PIB

A necessidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras aumentou 0,4 p.p. em 2021, fixando-se em 2,4% do PIB (saldos de -2,0% e -3,0% no trimestre anterior e em 2020, respetivamente).

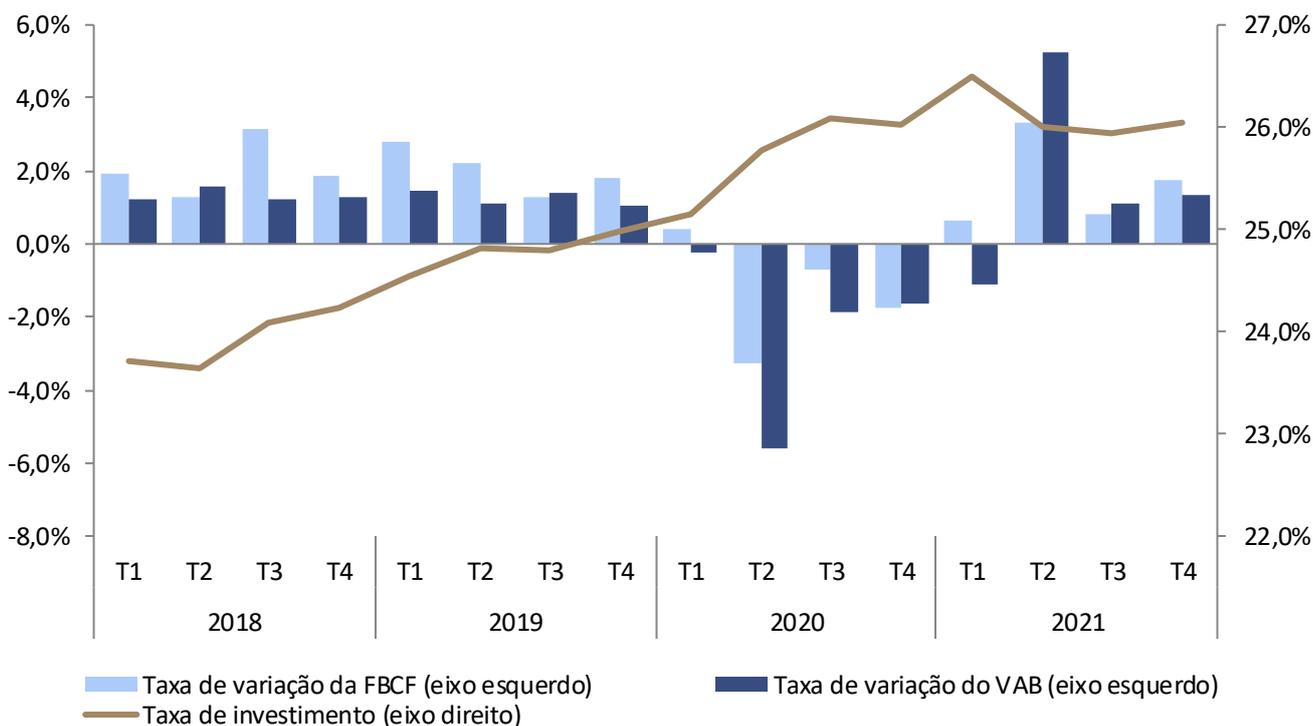
O VAB registou um aumento de 1,3% no 4º trimestre de 2021 (1,1% no trimestre anterior), enquanto as remunerações pagas cresceram 2,0%, determinando uma diminuição de 0,7% do Excedente Bruto de Exploração. Os subsídios de exploração recebidos apresentaram uma tendência decrescente nos últimos trimestres de 2021, diminuindo 6,8% no ano acabado no 4º trimestre, mantendo-se, no entanto, num nível elevado no contexto da série disponível, refletindo o impacto das medidas de apoio às empresas no contexto da pandemia COVID-19.



A taxa de margem operacional do setor fixou-se em 20,5% (menos 0,9 p.p. que no trimestre anterior). Esta taxa é obtida pelo rácio entre o Excedente de Exploração Líquido e o Valor Acrescentado Líquido e corresponde à percentagem de valor criado nas empresas que se destina à remuneração dos recursos financeiros obtidos.

O aumento de 1,7% da FBCF, superior ao crescimento do VAB do setor (1,3%), determinou um ligeiro aumento da taxa de investimento (medida através do rácio entre a FBCF e o VAB) em 0,1 p.p. face ao trimestre anterior, fixando-se em 26,0%. Comparando com 2020, o investimento das Sociedades Não Financeiras aumentou 6,7% em 2021 (diminuição de 5,3% em 2020 face a 2019).

Figura 6. FBCF/VAB das Sociedades Não Financeiras (%; ano acabado no trimestre)



Sociedades Financeiras: capacidade de financiamento fixou-se em 1,5% do PIB

A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras atingiu 1,5% do PIB (menos 0,2 p.p. que no trimestre anterior), refletindo sobretudo a redução de 7,3% da poupança. Por sua vez, o comportamento da poupança foi determinado principalmente pela diminuição do saldo dos rendimentos de propriedade, com os rendimentos pagos e recebidos a registarem taxas de variação de 1,7% e -1,5%, respetivamente, face ao trimestre anterior.

**Administrações Públicas: défice diminuiu 1,2 p.p. para 2,8% do PIB**

A necessidade de financiamento do setor das AP diminuiu 1,2 p.p. no 4º trimestre de 2021, representando 2,8% do PIB. Esta redução do défice foi o resultado conjugado do aumento da receita (2,3%) e da diminuição da despesa (-0,2%).

As figuras 7 e 8 apresentam a receita e a despesa no ano acabado no trimestre, em valor e em taxa de variação, respetivamente.

**Figura 7. Receita e Despesa do setor das
Administrações Públicas (ano acabado no trimestre)**

Unidade: 10⁶ EUR

	2020T4	2021T1	2021T2	2021T3	2021T4
Receita total	87 040,8	86 915,7	90 015,0	93 591,1	95 750,2
Receita corrente	86 356,3	86 153,5	88 895,2	91 301,5	93 329,9
Impostos sobre o rendimento e património	20 110,1	20 064,3	19 812,6	20 686,2	20 550,8
Impostos sobre a produção e importação	29 184,6	28 557,9	30 034,8	31 094,2	32 283,1
Contribuições sociais	25 605,7	25 809,9	26 371,8	26 725,6	27 148,8
Vendas	6 630,0	6 358,7	6 669,9	6 598,3	6 734,2
Outra receita corrente	4 825,8	5 362,7	6 006,0	6 197,2	6 613,0
Receita de capital	684,5	762,2	1 119,8	2 289,6	2 420,4
Despesa total	98 725,0	100 964,7	102 215,2	101 938,0	101 727,4
Despesa corrente	89 982,3	92 262,1	93 105,9	93 856,3	93 715,7
Prestações sociais	40 316,9	40 711,5	41 109,3	41 471,7	41 434,9
Despesas com pessoal	23 925,3	24 179,3	24 528,6	24 765,1	24 881,8
Juros	5 791,5	5 684,1	5 561,6	5 393,8	5 168,8
Consumo intermédio	11 315,4	11 533,6	11 735,7	12 177,2	12 230,0
Subsídios	3 663,9	5 043,4	4 992,4	4 606,6	4 219,5
Outra despesa corrente	4 969,2	5 110,3	5 178,4	5 441,9	5 780,6
Despesa de capital	8 742,7	8 702,6	9 109,3	8 081,8	8 011,7
Investimento ⁽¹⁾	4 580,0	4 674,0	5 129,0	5 263,6	5 354,6
Outra despesa de capital	4 162,7	4 028,6	3 980,3	2 818,2	2 657,0
Saldo corrente	-3 626,0	-6 108,6	-4 210,7	-2 554,8	-385,8
Saldo total	-11 684,2	-14 049,0	-12 200,1	-8 346,9	-5 977,1
Por Memória:					
Despesa corrente primária	84 190,8	86 578,0	87 544,4	88 462,5	88 546,9
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	200 087,6	198 115,1	205 099,6	207 945,3	211 277,5
Saldo em % do PIB	-5,8	-7,1	-5,9	-4,0	-2,8

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

A evolução da despesa resultou das diminuições em 0,1% da despesa corrente e em 0,9% da despesa de capital. A redução da despesa corrente foi determinada pelo comportamento das prestações sociais (variação de -0,1%), dos encargos com juros (-4,2%) e dos subsídios pagos (-8,4%). Em sentido oposto, verificaram-se aumentos das



despesas com pessoal (0,5%), do consumo intermédio (0,4%) e da outra despesa corrente (6,2%). A evolução negativa da despesa de capital resultou da redução da outra despesa de capital em 5,7%, parcialmente compensada pelo aumento do investimento em 1,7%.

Figura 8. Taxas de variação da Receita e Despesa do setor das
Administrações Públicas (%; ano acabado no trimestre)

Unidade: %

	2020T4	2021T1	2021T2	2021T3	2021T4
Receita total	-0,1	-0,1	3,6	4,0	2,3
Receita corrente	-0,0	-0,2	3,2	2,7	2,2
Impostos sobre o rendimento e património	1,5	-0,2	-1,3	4,4	-0,7
Impostos sobre a produção e importação	-2,2	-2,1	5,2	3,5	3,8
Contribuições sociais	0,4	0,8	2,2	1,3	1,6
Vendas	-0,6	-4,1	4,9	-1,1	2,1
Outra receita corrente	5,8	11,1	12,0	3,2	6,7
Receita de capital	-4,4	11,3	46,9	104,5	5,7
Despesa total	3,3	2,3	1,2	-0,3	-0,2
Despesa corrente	2,3	2,5	0,9	0,8	-0,1
Prestações sociais	1,3	1,0	1,0	0,9	-0,1
Despesas com pessoal	0,9	1,1	1,4	1,0	0,5
Juros	-2,0	-1,9	-2,2	-3,0	-4,2
Consumo intermédio	2,1	1,9	1,8	3,8	0,4
Subsídios	26,6	37,7	-1,0	-7,7	-8,4
Outra despesa corrente	10,1	2,8	1,3	5,1	6,2
Despesa de capital	14,3	-0,5	4,7	-11,3	-0,9
Investimento ⁽¹⁾	11,6	2,1	9,7	2,6	1,7
Outra despesa de capital	17,4	-3,2	-1,2	-29,2	-5,7

(1) Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

A receita total aumentou 2,3% no 4º trimestre de 2021, devido aos incrementos em 2,2% e 5,7% da receita corrente e da receita de capital, respetivamente. O comportamento da receita corrente reflete aumentos de todas as suas componentes, com exceção dos impostos sobre o rendimento e património (redução de 0,7%), destacando-se a receita de impostos sobre a produção e importação. A outra receita corrente apresentou um aumento de 6,7% relacionado, em larga medida, com a utilização de fundos da União Europeia para financiamento da despesa realizada no combate à pandemia COVID-19, tendo, contudo, impacto neutro no saldo. O aumento da receita de capital reflete principalmente o aumento das receitas provenientes de fundos da União Europeia.

Para possibilitar uma comparação entre os resultados trimestrais, em alternativa ao ano acabado no trimestre, a figura 9 apresenta os valores da receita e da despesa do setor das AP e respetiva percentagem no PIB respeitantes exclusivamente aos quartos trimestres de 2020 e 2021.



Figura 9. Receita e Despesa do setor das Administrações Públicas

	4º trimestre de 2020		4º trimestre de 2021		Variação em valor (%)
	10 ⁶ EUR	% PIB	10 ⁶ EUR	% PIB	
Receita total	24 686,8	47,2	26 845,9	48,2	8,7
Receita corrente	24 383,4	46,6	26 411,8	47,5	8,3
Impostos sobre o rendimento e património	6 116,4	11,7	5 981,0	10,7	-2,2
Impostos sobre a produção e importação	7 765,2	14,8	8 954,0	16,1	15,3
Contribuições sociais	7 238,5	13,8	7 661,7	13,8	5,8
Vendas	1 903,5	3,6	2 039,3	3,7	7,1
Outra receita corrente	1 359,9	2,6	1 775,7	3,2	30,6
Receita de capital	303,4	0,6	434,1	0,8	43,1
Despesa total	28 862,6	55,2	28 651,9	51,5	-0,7
Despesa corrente	25 848,4	49,4	25 707,8	46,2	-0,5
Prestações sociais	11 451,3	21,9	11 414,6	20,5	-0,3
Despesas com pessoal	6 904,3	13,2	7 021,0	12,6	1,7
Juros	1 428,6	2,7	1 203,7	2,2	-15,7
Consumo intermédio	3 421,0	6,5	3 473,8	6,2	1,5
Subsídios	1 072,0	2,0	685,0	1,2	-36,1
Outra despesa corrente	1 571,0	3,0	1 909,7	3,4	21,6
Despesa de capital	3 014,2	5,8	2 944,1	5,3	-2,3
Investimento ⁽¹⁾	1 844,7	3,5	1 935,8	3,5	4,9
Outra despesa de capital	1 169,4	2,2	1 008,3	1,8	-13,8
Saldo corrente	-1 465,0	-2,8	703,9	1,3	
Saldo total	-4 175,8	-8,0	-1 806,0	-3,2	

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Assim, tomando como referência os valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP no 4º trimestre de 2021 atingiu -1 806,0 milhões de euros, correspondendo a -3,2% do PIB, o que compara com -8,0% no período homólogo. Face ao mesmo período do ano anterior, verificou-se um aumento de 8,7% da receita total, enquanto a despesa total diminuiu 0,7%.

No lado da despesa, registou-se um decréscimo de 0,5% da despesa corrente, em resultado da diminuição das despesas com prestações sociais (-0,3%), dos encargos com juros (-15,7%) e dos subsídios pagos (-36,1%), este último motivado pelo menor peso das medidas de apoio às empresas no contexto da pandemia COVID-19. Por outro lado, as despesas com pessoal aumentaram 1,7%, tendo o consumo intermédio registado um aumento de 1,5% e a outra despesa corrente de 21,6%. A despesa de capital diminuiu 2,3%, em resultado da variação negativa da outra despesa de capital (-13,8%), enquanto o investimento aumentou 4,9%. A diminuição da outra despesa de capital reflete o efeito base do apoio do Governo Regional dos Açores à SATA no 4º trimestre de 2020 (132 milhões de euros), enquanto o aumento do investimento se deve, sobretudo, ao investimento realizado por parte da Administração Central.



O aumento de 8,3% da receita corrente deveu-se a aumentos em todas as suas componentes, exceto nos impostos sobre o rendimento e património. Os impostos sobre a produção e importação, as contribuições sociais, as vendas e a outra receita corrente cresceram 15,3%, 5,8%, 7,1% e 30,6%, respetivamente, tendo os impostos sobre o rendimento e património diminuído 2,2%. A receita de capital registou um aumento de 43,1%, pelos motivos já referidos na análise relativa ao ano acabado no trimestre.

A figura 10 sintetiza os principais ajustamentos efetuados na passagem do saldo em contabilidade pública para o saldo em contabilidade nacional entre os quartos trimestres de 2020 e 2021.

Figura 10. Passagem de saldos de Contabilidade Pública para Contabilidade Nacional

Unidade: 10⁶ EUR

	2020T4	2021T4
Saldo em contabilidade pública:	-6 583,3	-4 258,7
Ajustamento accrual e delimitação setorial em Contas Nacionais	2 375,3	2 816,9
Diferença entre juros pagos e devidos	537,0	741,4
Outros valores a receber:	451,9	282,0
Ajust. temporal de impostos e contribuições	359,8	712,4
Outros	92,1	-430,4
Outros valores a pagar:	78,2	289,0
Encargos assumidos e não pagos	122,5	190,5
Outros	-44,3	98,5
Outros ajustamentos:	-1 034,9	-1 676,5
dos quais:	0,0	0,0
Injeções de capital e assunção de dívidas	-1 149,5	-1 751,2
Saldo em contabilidade nacional:	-4 175,8	-1 806,0
PIB ⁽¹⁾	52 313,3	55 645,5
Saldo em contabilidade nacional em % do PIB	-8,0	-3,2

⁽¹⁾ Dados não ajustados de sazonalidade e de efeitos de calendário

As diferenças entre estas duas óticas estão associadas a diferentes delimitações setoriais do setor das AP, ao registo da receita e da despesa numa ótica de compromisso e não de caixa, ao registo de algumas operações financeiras como transferências de capital e ao ajustamento temporal de impostos e contribuições. Recorde-se que os impostos e as contribuições sociais, na passagem de contabilidade pública a contabilidade nacional, incluem um ajustamento temporal que visa aproximar o período de registo da receita ao período em que se gerou a obrigação de pagamento.

Tomando em consideração exclusivamente o quarto trimestre de cada ano, verificou-se uma melhoria do saldo quer em contabilidade nacional quer em contabilidade pública. Em contabilidade nacional, o saldo das administrações públicas passou de -8,0% do PIB no quarto trimestre de 2020 para -3,2% no mesmo período de



2021. O valor das injeções de capital e assunção de dívidas no 4º trimestre de 2021 foi, na sua maioria, destinado a entidades do setor das AP, sendo a única exceção o valor relativo ao aumento de capital realizado na TAP, S.A., no montante de 178,4 milhões de euros.

Adicionalmente, tal como referido nas anteriores publicações, devido às medidas de pagamento fracionado de impostos e contribuições sociais tomadas no contexto da pandemia COVID-19, foi feito um ajustamento na receita do período em que se gerou a obrigação de pagamento. Considerando o quarto trimestre de 2021 este ajustamento traduziu-se numa diminuição da receita fiscal em cerca de 203 milhões de euros face aos dados da contabilidade pública, referentes às medidas de prorrogação de pagamento de Contribuições Sociais, do IVA, do IRS e do IRC.

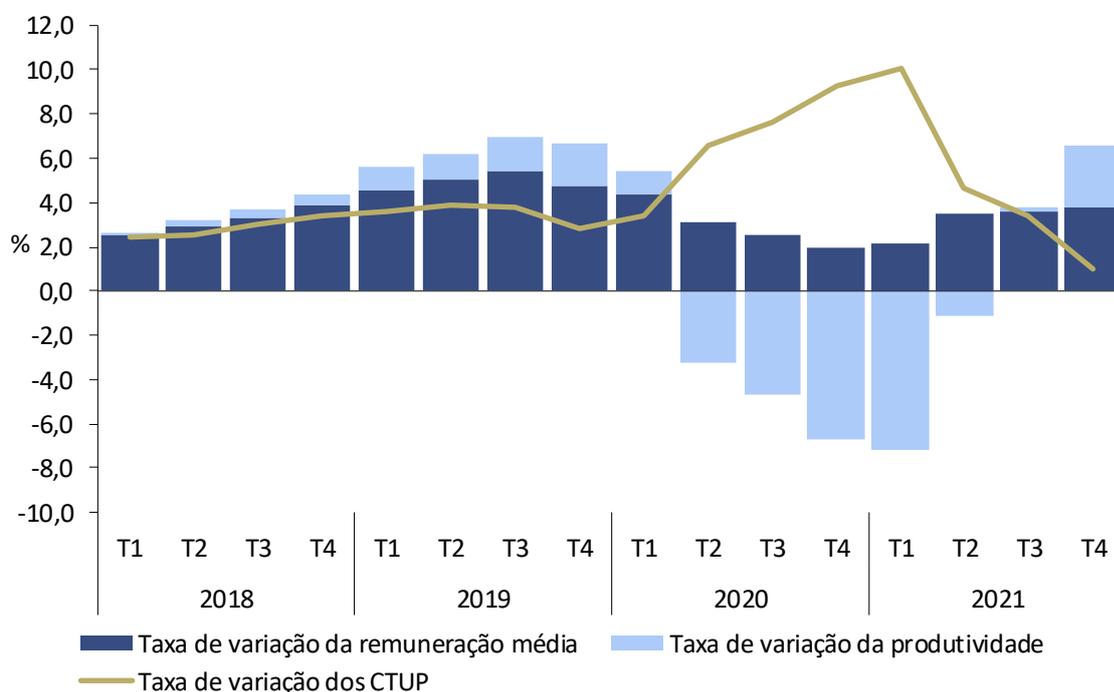
Considerando os valores para os anos completos de 2020 e 2021, o setor institucional das AP registou uma necessidade líquida de financiamento de 5 977 milhões de euros em 2021, o que corresponde a 2,8% do PIB (saldo de -5,8% em 2020). A receita total das AP aumentou 10% (cerca de +8,7 mil milhões de euros) entre 2020 e 2021, tendo o aumento de 8% na receita corrente sido determinante para este resultado. Entre as componentes da despesa corrente, importa sublinhar o acréscimo dos impostos sobre a produção e a importação (+11%), mas também das contribuições sociais (+6%) e, com menor expressão, dos impostos correntes sobre o rendimento e património (+2%), refletindo a recuperação da atividade económica em 2021. Os resultados anuais relativos às contas das AP são analisados em mais detalhe nos destaques relativos à Notificação do Procedimento dos Défices Excessivos e aos Principais Agregados das Administrações Públicas, igualmente publicados hoje.



Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP) aumentaram 1,0%

No ano acabado no 4º trimestre de 2021, os CTUP aumentaram 1,0% em termos homólogos, que compara com uma taxa de variação de 3,4% no trimestre anterior. A desaceleração dos CTUP no 4º trimestre deveu-se ao incremento de 2,8% da produtividade, que se aproximou assim do crescimento da remuneração média (taxa de variação de 3,8%). Importa referir que esta evolução não traduz a exata medida do comportamento destes custos na perspetiva das empresas, pois parte dos salários pagos em 2020 e em 2021 foram financiados pelo setor das AP, no âmbito das políticas públicas de apoio ao emprego e ao rendimento no contexto pandémico (nomeadamente o *layoff* simplificado).

Figura 11. Taxa de variação dos CTUP (%; ano acabado no trimestre)





Contas Anuais Preliminares dos Setores Institucionais para 2021

A primeira versão das Contas Anuais dos Setores Institucionais para 2021 resulta da soma das estimativas obtidas para os quatro trimestres agora divulgados. A figura 12 apresenta a evolução anual dos principais agregados económicos decorrentes das Contas Nacionais por Setor Institucional.

Figura 12. Indicadores anuais para a economia portuguesa

	2017	2018	2019	2020 ^{Po}	2021 ^{Pe}
PIB nominal (taxa de variação)	5,1	4,7	4,5	-6,7	5,6
RNB (taxa de variação)	5,2	4,6	4,3	-5,7	6,0
RDB (taxa de variação)	5,6	4,5	4,4	-5,5	6,7
Poupança Bruta (taxa de variação)	16,2	6,5	4,9	-12,2	12,2
Taxa de Poupança das Famílias e ISFLSF (% do RDB)	6,6	6,8	7,2	12,6	10,9
Consumo Final das Famílias e ISFLSF (taxa de variação)	3,7	4,2	4,1	-6,4	5,8
Rendimento Disponível das Famílias e ISFLSF (taxa de variação)	3,1	4,3	4,6	-0,9	4,0
Formação Bruta de Capital (taxa de variação)	14,3	11,2	5,6	-5,4	10,8
Capacidade (+) /Necessidade (-) de Financiamento					
Sociedades Não Financeiras (% do PIB)	-1,2	-2,4	-3,3	-3,0	-2,4
Sociedades Financeiras (% do PIB)	4,1	2,2	2,4	2,5	1,5
Administrações Públicas (% do PIB)	-3,0	-0,3	0,1	-5,8	-2,8
Famílias e ISFLSF (% do PIB)	1,9	1,8	1,8	6,2	4,4
Total da Economia (% do PIB)	1,8	1,2	1,0	-0,2	0,7
Saldo Externo de Bens e Serviços (% do PIB)	1,0	0,5	0,5	-2,1	-3,0
CTUP (taxa de variação)	2,1	3,4	2,8	9,3	1,0

Po - dados provisórios

Pe - dados preliminares

Os dados provisórios de 2020 foram revistos de modo a incorporar a nova informação disponível. Face às estimativas anteriores, os novos resultados determinaram a revisão dos saldos das Sociedades Não Financeiras (de -2,8% do PIB para -3,0%), das Sociedades Financeiras (de 2,2% para 2,5%) e das Famílias e ISFLSF (de 6,3% para 6,2%).



NOTA METODOLÓGICA

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI) para o 4º trimestre de 2021, período a que corresponde um relativo grau de desconfinamento do país.

Para uma melhor leitura dos resultados deve-se ter presente que, salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente. Devido a arredondamentos, a soma das parcelas dos indicadores económicos apresentados pode não coincidir com o resultado para o total da economia.

Os agregados das CTSI estão expressos exclusivamente em termos nominais e diferem das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) por estes serem ajustados de flutuações sazonais e de efeitos de calendário. Os resultados são apresentados para o total da economia e com detalhe por setor institucional.

Além dos quadros anexos a este destaque, informação adicional está disponível no Portal do INE:

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais&xlang=pt

Revisões das estimativas anteriores

Os resultados agora apresentados incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados.

Deve referir-se ainda a integração das versões mais recentes da Balança de Pagamentos e das Estatísticas Monetárias e Financeiras produzidas pelo Banco de Portugal, bem como a informação mais recente das estatísticas do comércio internacional de bens e de dados atualizados sobre o setor das AP. Em consequência da informação adicional apropriada após a publicação de 28 de fevereiro, também as contas trimestrais para o conjunto da economia foram revistas, assegurando-se assim a total consistência dos agregados de contabilidade nacional agora disponibilizados. Face às estimativas anteriores, os novos resultados determinaram uma revisão em baixa de 0,1 p.p. da taxa de variação anual do PIB nominal em 2021, mantendo-se inalterada a taxa de variação anual em volume (4,9%).

Figura 13. Revisões – PIB trimestral (volume)

	4ºT 20	1ºT 21	2ºT 21	3ºT 21	4ºT 21
	Taxa de variação homóloga (%)				
CNT 4ºT 2021 (85 dias)	-6,8	-5,4	16,5	4,4	5,9
CNT 4ºT 2021 (60 dias)	-6,8	-5,3	16,5	4,4	5,8
ER 4ºT 2021 (30 dias)	-6,8	-5,4	16,4	4,5	5,8
	Taxa de variação em cadeia (%)				
CNT 4ºT 2021 (85 dias)	0,3	-2,9	4,4	2,7	1,7
CNT 4ºT 2021 (60 dias)	0,3	-2,9	4,3	2,8	1,6
ER 4ºT 2021 (30 dias)	0,3	-3,0	4,3	2,9	1,6

ER - Estimativa Rápida; CNT - Contas Nacionais Trimestrais



Relativamente ao saldo das AP em contabilidade nacional e em contabilidade pública, importa esclarecer o seguinte:

No apuramento do défice orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das AP, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública, mas que pertencem ao setor institucional das AP na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que as aquisições, por entidades das AP, de participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.

SIGLAS E DESIGNAÇÕES

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010), sendo de destacar as seguintes definições:

Capacidade (+)/necessidade (-) de financiamento: A capacidade ou a necessidade de financiamento (B.9) é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Consumo final: O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais residentes com a aquisição de bens e serviços utilizados para a satisfação direta de necessidades individuais ou coletivas.

Custos do Trabalho por Unidade Produzida (CTUP): Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como o rácio entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF): A Formação Bruta de Capital Fixo (P.51g) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Formação Bruta de Capital (ou Investimento): A Formação Bruta de Capital (ou Investimento) (P.5) inclui a FBCF, a Variação de Existências (P.52) e as Aquisições (líquidas de Cessões) de Objetos de Valor (P.53).

Rendimento disponível: Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.



Rendimento Nacional Bruto (RNB): O Rendimento Nacional Bruto (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remuneração dos empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração brutos e rendimento misto bruto.

Rendimentos de propriedade: Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Poupança: A poupança mede a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Produto Interno Bruto (PIB): O Produto Interno Bruto (a preços de mercado) representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIB é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIB é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

Setor institucional: O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Os setores institucionais são os seguintes: Sociedades Não Financeiras (S.11); Sociedades Financeiras (S.12); Administrações Públicas (S.13); Famílias e Instituições sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF)(S.1M); Resto do Mundo (S.2).

Taxa de investimento: A taxa de investimento representa o rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto (VAB).

Taxa de poupança das Famílias: A taxa de poupança das Famílias mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível (inclui ajustamento pela variação da participação líquida das Famílias nos fundos de pensões).

Data do próximo destaque das Contas Nacionais Trimestrais por Setor Institucional – 24 de junho de 2022
